

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para aquisição e instalação de Letras Caixa em Aço Inoxidável, com o intuito de atender a necessidade premente de aprimorar a identificação das Unidades Escolares da Secretaria Municipal de Educação de Nova Friburgo-RJ, em aperfeiçoamento dos locais, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Educação
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos do artigo 28, inciso I c/c o art. 17, § 2º c/c art. 78, inciso IV da Lei 14.133/2021 e art. 3º e inciso II do Decreto Federal nº 11.462/2023 até que sobrevenha regulamentação municipal
1.4	Período:	1 (um) ano
1.5	Tipo:	Menor preço por item, nos termos do art. 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021;

1.6. Contratação de empresa especializada para aquisição e instalação de Letras Caixa em Aço Inoxidável, com o intuito de atender a necessidade premente de aprimorar a identificação das Unidades Escolares da Secretaria Municipal de Educação de Nova Friburgo-RJ, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATMAT/ CATSER	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTD
01	603663	LETRA CAIXA - MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL ESCOVADO Medida: 35 à 45 cm de altura com 4 cm de profundidade; Devidamente instalada. Objetivo: Identificação das Unidades Escolares. AS LETRAS A SEREM INSTALADAS NA FACHADA DE CADA UNIDADE SERÃO ESPECIFICADAS NO PEDIDO	UN	3.439

1.7 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

1.8 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 4.596/2024.

1.9 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso nos termos do artigo 84, caput, da lei 14.133/2021;

1.10 O fornecimento de bens é enquadrado como não contínuo, tendo em vista que uma vez finalizada a entrega e os serviços de instalação, mesmo que parcelada, soluciona-se a demanda, considerando a vigência da ata que poderá ser prorrogada;

1.11 Trata-se de Serviço/aquisição de bem comum, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, critério de julgamento: menor preço, através do Sistema de Registro de Preços;

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1 A Fundamentação da Contratação é o Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos do artigo 28, inciso I c/c o art. 17, § 2º c/c art. 78, inciso IV da Lei 14.133/2021 e art. 3º e inciso II do Decreto Federal nº 11.462/2023 até que sobrevenha regulamentação municipal e seu quantitativo encontra-se no item 1.6 deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1 A solução fora analisada e se encontra pormenorizada nos Estudos Técnicos Preliminares (Anexo II). Diante do objetivo a ser alcançado, que é a aquisição e instalação de em Aço Inoxidável, com o intuito de atender a necessidade premente de aprimorar a identificação das Unidades Escolares da Secretaria Municipal de Educação de Nova Friburgo-RJ, a opção mais adequada se encontra em se através de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico. Utilizando o critério de julgamento menor preço por item, além de cumprir o dispositivo constitucional constante no art. 37, caput e inciso XXI da CF/88.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1 Sustentabilidade:

4.1.1.1 A aquisição deverá obedecer os princípios gerais de sustentabilidade, conforme preconiza a Lei 14.133/2021;

4.1.2 Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021;

4.1.3 Da exigência de amostra:

4.1.3.1 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.1.3.2 Serão exigidas amostras de Letra Caixa em Aço Inox, medida: 35 à 45 cm de altura com 4 cm de profundidade, conforme especificação presente neste Termo de Referência;

4.1.3.3 As amostras poderão ser entregues no endereço: Herculano Gomes de Silva, n.º 201 - Córrego D'Antas - Nova Friburgo - RJ - Cep: 28630220 (Almoxarifado Central) , no prazo limite estabelecido no edital, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.1.3.4 É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.1.3.5 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.1.3.6 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

A) Tamanho, altura, espessura, durabilidade e resistência;

B) A verificação será realizada de acordo com as especificações do produto contidas neste Termo de Referência.

4.1.3.7 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.1.3.8 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não forem aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.1.3.9 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento;

4.1.3.10 Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 7 (sete) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.;

4.1.3.11 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.1.4 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.5 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

4.1.5.1. Não se faz necessária sua aplicação para este objeto, uma vez que, trata-se de Registro de Preços, que encontra regulamentação através do Decreto Federal nº 11.462/2023, visto que a Administração Pública pode ou não adquirir ou contratar o produto que estiver registrado;

4.1.6. Todos os equipamentos e materiais necessários para a instalação e eventual substituição das letras (tais como parafusos, fita, silicone e buchas) serão de responsabilidade da contratada; e os preços ofertados deverão englobar todos os custos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1 O prazo de entrega/execução é de até 30 (trinta) dias, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de fornecimento ou documento equivalente, através do Setor de Infraestrutura da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com os endereços relacionados no Anexo I deste Termo de Referência;

5.2 Após a expedição da autorização de fornecimento, providenciar o agendamento prévio com o Setor de Infraestrutura, evitando-se interferência nas atividades das Unidades Escolares;

5.4. O objeto deverá ser entregue e instalado parceladamente, de acordo com as solicitações da Municipalidade em conformidade com as especificações exigidas neste termo de referência;

5.5. O (a) Gestor (a) da Ata de Registro de Preços encaminhará para a empresa contratada, juntamente com a Nota de Empenho o pedido que informará o nome completo da Unidade, (especificando se haverá abreviações ou não) juntamente com indicação do local a ser realizada a entrega e instalação;

5.6. As medidas das letras a serem adquiridas/solicitadas serão definidas no momento do pedido, podendo ter variação entre 35 cm a 45 cm, conforme o espaço estrutural disponível para instalação na Unidade. A definição das dimensões será realizada por meio de análise prévia conduzida pelo setor de infraestrutura desta Pasta;

5.6.1. O setor comunicará, através do pedido, o (s) nome (s) da (s) Unidade (s), com o respectivo número de letras, o endereço e horário para a instalação;

5.7. Todas as letras fornecidas deverão atender estritamente às dimensões estabelecidas conforme a análise prévia mencionada no subitem 5.6;

5.9. Quaisquer discrepâncias nas dimensões das letras fornecidas em relação às especificações acordadas serão consideradas não conformidades e sujeitas a correção ou substituição pela contratada, sem ônus adicional para esta Pasta.

5.10. O endereço de entrega, conforme anexo I deste termo de referência poderá sofrer alteração e a Administração Pública deverá informar à contratada com 2 (dois) dias de antecedência;

5.11. Caso não seja possível a entrega e instalação na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

5.12. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.13. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.14. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.14.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.15 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.16. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.16.1 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante;

5.16.1.1 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.16.1.2 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.16.1.3 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.16.1.4 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.16.1.5 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.16.1.6 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.16.1.7 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.16.1.8 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.16.1.9 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.4 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.5 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.6 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.8 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.9 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do

contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.10 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

6.11 O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.12 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.13 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.14 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.15 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.15.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.15.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.15.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.15.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome de: Município De Nova Friburgo CNPJ: 28.606.630/0001-23, Endereço: Avenida Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo - RJ, CEP: 28613-001 .

7.2. Todos os materiais deverão ser entregues/executados nas Unidades Escolares, conforme solicitação, nos endereços anexos a este Termo de Referência;

7.3 Da liquidação da despesa:

7.3.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.3.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html;

7.4 Do pagamento da despesa:

7.4.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.4.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I c/c art. 17, § 2º c/c art. 33, inciso I da Lei nº 14.133.

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação;

8.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos;

8.7 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1 Habilitação Jurídica;

- A) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- B) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- C) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- D) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- E) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- F) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- G) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- H) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- I) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- J) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de

novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista;

A) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

B) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

C) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

D) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

E) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

F) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.13 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem

como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública.

8.14 As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que, demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial (art.58 da Lei 11.101/2005).

8.15 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

8.16 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.17 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;



- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2 Da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4 - deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5 - fraudar a licitação

10.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



- 10.1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 10.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 10.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 10.2.1 - advertência;
 - 10.2.2 - multa;
 - 10.2.3 - impedimento de licitar e contratar e
 - 10.2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 10.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 10.3.2 - as peculiaridades do caso concreto
 - 10.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 10.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 10.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 10.4.1 - Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.
 - 10.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6 , 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado
- 10.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15

(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Nova Friburgo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1 A estimativa do valor para fins de procedimento licitatório ou contratação direta será verificada no momento da efetivação da cotação de preços a ser executada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, na forma do Decreto Municipal nº 2007 de 16 de fevereiro de 2023 https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_66_Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

Secretaria Municipal de Educação	22004.1236500732.177	155000000000	339030-41
	22003.1236500642.160		
	22002.1236100542.140		

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2. Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Educação.

Nova Friburgo/RJ, 22 de março de 2024.

ELABORADOR:	APOIO TÉCNICO:
Gustavo da Silva da Martins	Fernando Samuel de Lima



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCESSO Nº: 4.596/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Matr.: 105.872

matr. 107.445

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo

O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

Caroline Moura Klein

Secretária Municipal de Educação

Matr.: 990.953

ANEXO I
ESCOLAS (Endereço / Telefone / E-mail)

1	Escola Municipal Acyr Spitz
	Rua José Domingos Benvenuti, s/nº - Lumiar - Cep: 28.616-970
	Tel: (22)99871-9490
	acyrspitz@sme.novafriburgo.rj.gov.br
2	Escola Municipal Professora Adezir Almeida Garcia
	Av. Antônio Mario de Azevedo, Córrego Dantas (Antigo Centro Adventista) - Cep: 28630-310
	Tel: 2529-3116
	adeziralmeida@sme.novafriburgo.rj.gov.br
3	Escola Estadual Municipalizada Professora Alberto Meyer
	Rua Manoel Frossard, s/nº - Granja Spinelli - Cep: 28.613-000
	Tel: 2520-1676
	albertomeyer@sme.novafriburgo.rj.gov.br
4	Escola Estadual Municipalizada Alcides Francisco Brantes
	Estrada do Floresta - Salinas, s/nº - Salinas - Cep: 28.600-030
	Tel: 2543-2835
	alcidesbrantes@sme.novafriburgo.rj.gov.br
5	Escola Estadual Municipalizada Amâncio Mário de Azevedo
	Rua D. João VI, 1647 - Cascatinha - Cep: 28.621-350
	Tel: 2523-7794
	amancioazevedo@sme.novafriburgo.rj.gov.br
6	Escola Municipal Anna Barbosa Moreira
	Rua Hormindo Silva, s/nº - Praça da Lagoinha - Cep: 28.625-430
	Tel: 2533-2462
	annabarbosa@sme.novafriburgo.rj.gov.br
7	Escola Municipal Batista
	Rua Presidente Vargas, 60/62 - Olaria - Cep: 28.623-410
	Tel: 2522-5808
	batista@sme.novafriburgo.rj.gov.br
8	Escola Municipal Bernardo Pacheco
	Rua João Gonçalves Bastos, s/nº - Santa Bernadete - Cep: 28.610-000
	Tel: 2529-2291
	bernardopacheco@sme.novafriburgo.rj.gov.br
9	Escola Municipal Cecília Meireles
	Rua Tohoru Kassuga, 218 - Cascatinha - Cep: 28.621-360
	Tel: 2528-3192
	ceciliameireles@sme.novafriburgo.rj.gov.br
10	Escola Municipal Claudir Antônio de Lima
	Rua Eugênio Nideck, 59 - Catarcione - Cep: 28.614-310

	Tel: 2522-5978
	claudiralima@sme.novafriburgo.rj.gov.br
11	Escola Municipal Cypriano Mendes da Veiga
	Estr. Cypriano Mendes da Veiga, 4.545 - Barracão dos Mendes - Cep: 28.600-991
	Tel: 2543-2764
	cypriano@sme.novafriburgo.rj.gov.br
12	Escola Municipal Dante Laginestra
	Estr. Friburgo-Sumidouro, Km 13 - Riograndina - Cep: 28.610-000
	Tel: 2540-1363
	dantelaginestra@sme.novafriburgo.rj.gov.br
13	Escola Municipal Dante Magliano
	Rua Prefeito Cesar Guinle, s/nº - Ponte da Saudade - Cep: 28.615-000
	Tel: 2533-3524
	dantemagliano@sme.novafriburgo.rj.gov.br
14	Escola Municipal Décio Monteiro Soares
	Avenida Nossa Senhora do Amparo, 3.995 - Prado - Cep: 28.635-010
	Tel: 2527-3857
	deciomonteiro@sme.novafriburgo.rj.gov.br
15	Colégio Municipal Dermeval Barbosa Moreira
	Av. Júlio Antonio Thurler, 335 - Olaria - Cep: 28.620-000
	Tel: 2528-1358
	dbm@sme.novafriburgo.rj.gov.br
16	Escola Municipal Dinah Lantimant Bravo
	Rua João Corrêa da Silva, s/nº - Santo André - Cep: 28.635-270
	Tel: 2527-4472
	dinahbravo@sme.novafriburgo.rj.gov.br
17	Escola Municipal Professor Ernesto Tessarollo
	Rua Aureliano Barbosa Faria, 40 - Alto do Floresta - Cep: 28.634-060
	Tel: 2527-4086
	ernestotessarollo@sme.novafriburgo.rj.gov.br
18	Escola Municipal Florândia da Serra
	Buracada dos Gomes, s/nº - Florândia da Serra - Cep: 28.600-000
	Tel: 2543-2814
	florandia@sme.novafriburgo.rj.gov.br
19	Escola Municipal Flores de Nova Friburgo
	Estr. João Heringer, s/nº - Vargem Alta - Cep: 28.615-055
	Tel: 2523-5005
	floresnf@sme.novafriburgo.rj.gov.br
20	Escola Municipal Francisco Silveira
	Rua Marfisa da Rosa Pinheiro, s/nº - Jardim Califórnia - Cep: 28.135-130
	Tel: 2527-4580
	franciscosilveira@sme.novafriburgo.rj.gov.br

21	Escola Municipal Professora Helena Coutinho (Funcionando no Centro Educacional Nossa Senhora das Graças - Praça 1º de Maio - Olaria) CEP: 28.620-050
	Rua Joaquim Moreira Pinto, s/nº - Lot. Nosso Sonho - Olaria - Cep: 28.623-670
	Tel: 2522-5657
	helenacoutinho@sme.novafriburgo.rj.gov.br
22	Escola Municipal Hélio Gonçalves Corrêa
	Rua Francisco Primo de Queiroz , 165 - Jardimlândia - Cep: 28.633-240
	Tel: 2529-1010
	heliogoncalves@sme.novafriburgo.rj.gov.br
23	Escola Estadual Municipalizada Hermenegildo Gripp
	Rua Dez de Outubro, s/nº - Amparo - Cep: 28.605-970
	Tel: 2541-2097
	hermenegildo@sme.novafriburgo.rj.gov.br
24	Escola Municipal Hermínia da Silva Condack
	Av. Antonio Mario de Azevedo, Km 13 - Campo do Coelho - Cep: 28.630-010
	Tel: 2543-1102
	herminiacondack@sme.novafriburgo.rj.gov.br
25	Escola Municipal Hermínia dos Santos Silva
	Rua Lair Rocha Turque, 41 - Chácara do Paraíso - Cep: 28.605-350
	Tel: 2522-6564
	herminiasantos@sme.novafriburgo.rj.gov.br
26	Escola Estadual Municipalizada Honório Tardin
	Estrada João Cabral, s/nº - Baixada de Salinas - Cep: 28.610-310
	Tel: 2543-3737 (orelhão)
	honoriotardin@sme.novafriburgo.rj.gov.br
27	Escola Municipal Iza Saippa Ranucci
	Rua Benjamin Constant, 115 - Duas Pedras - Cep: 28.630-210
	Tel: 2522-4858
	izasaippa@sme.novafriburgo.rj.gov.br
28	Escola Municipal Izabel Gomes Siqueira
	Rua Rufino Siqueira - Lot. Parque das Flores - Cons. Paulino - Cep: 28.635-500
	Tel: 9.8161-9230
	izabelgomes@sme.novafriburgo.rj.gov.br
29	Escola Municipal Izabel Rosa Demani dos Santos (CEINF São Jorge)
	Rua Francisca Rosa de Jesus Demani, nº 03 - São Jorge - Cep: 28633-542
	Tel:
	@sme.novafriburgo.rj.gov.br
30	Escola Municipal Jardel Hottz
	Rua Vicente de Moraes, 29 - Braunes - Cep: 28.611-090
	Tel: 2519-2231
	jardelhottz@sme.novafriburgo.rj.gov.br
31	Escola Municipal João Vicente Valladares

	RJ 116, KM 69 – Debossan - Cep: 28.615-065 Tel: 2519-4516 / 2542-1983 (orelhão) joaovicente@sme.novafriburgo.rj.gov.br
32	Escola Municipal José Alves de Macedo Fazenda Rio Grande, s/n – Conquista - Cep: 28.600-000 Tel: 2519-6359 josealvesm@sme.novafriburgo.rj.gov.br
33	Escola Municipal Monsenhor José Antônio Teixeira Estrada Macaé de Cima, s/nº - Lumiar - Cep: 28.620-000 Tel: joseantonio@sme.novafriburgo.rj.gov.br
34	Escola Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira Rua Joaquim Moreira Neto, s/nº - Varginha - Cep: 28.616-260 Tel: 2522-3302 jk@sme.novafriburgo.rj.gov.br
35	Escola Municipal Lafayette Bravo Filho Rua Aureliano Barbosa Faria, s/nº - Lot. Floresta - Cep: 28.634-060 Tel: 2520-5321 lafayettebravo@sme.novafriburgo.rj.gov.br
36	Escola Municipal Maximillian Falck Av. Hamburgo, s/nº - Mury - Cep: 28.615-230 Tel: 2519-5222/ 99233-7292 maximillian@sme.novafriburgo.rj.gov.br
37	Escola Municipal Professor Messias de Moraes Teixeira (Funcionando no Centro Educacional Nossa Senhora das Graças - Praça 1º de Maio - Olaria) CEP: 28.620-050 Rua Ary Parreira s/nº - Olaria - Cep: 28.620-330 Tel: 2526-9540 / 2523-3644 messiasmoraes@sme.novafriburgo.rj.gov.br
38	Escola Municipal Miguel Raymundo de Moraes Bittencourt Rua Dom João VI, s/nº - Praça de Sant'Anna - Cônego - Cep: 28.621-340 Tel: 2533-1156 miguelbittencourt@sme.novafriburgo.rj.gov.br
39	Escola Municipal Nair de Araújo Rodrigues Rua Dr. Feliciano Benedito da Costa, s/nº -São Geraldo - Cep: 28.630-330 Tel: 2527-5163 / 2521-6897 (orelhão) nairaraujo@sme.novafriburgo.rj.gov.br
40	Colégio Municipal Odette Penna Muniz (Rua Euclides Solon de Pontes, 33 – Centro - CE Jamil El-Jaick.) CEP 28.625-020 Praça da Bandeira, 2 – Vila Nova - Centro - Cep: 28.630-040 Tel: 2528-8561 odette@sme.novafriburgo.rj.gov.br
41	Escola Municipal Padre Rafael

	Rua Darcília dos Santos, s/nº – Cordoeira - Cep: 28.613-750 Tel: 2519-2217 padrerafael@sme.novafriburgo.rj.gov.br
42	Escola Municipal Pastor Schlupp Rua Cinésio da Rocha, s/nº - Parque Mª Tereza - Cep: 28.634-120 Tel: 2520-5284 pastorschlupp@sme.novafriburgo.rj.gov.br
43	Escola Municipal Patrícia Jonas Sant'Anna Rua São Paulo, s/nº - Bela Vista - Olaria - Cep: 28.623-200 Tel: 2520-6164 patriciajonas@sme.novafriburgo.rj.gov.br
44	Escola Municipal Rei Alberto I Estrada dos Três Picos, s/nº - Baixada de Salinas - Cep: 28.635-990 Tel: 2543-6911 reialberto@sme.novafriburgo.rj.gov.br
45	Colégio Municipal Rui Barbosa Av. Governador Roberto Silveira, 3.650 - Prado - Cep: 28.635-000 Tel: 2527-7279 ruibarbosa@sme.novafriburgo.rj.gov.br
46	Escola Municipal Rui Sanglard Rua Isaías de Medeiros Lopes, s/nº - Rui Sanglard - Cep 28.635-000 Tel: 2527-3944 ruisanglard@sme.novafriburgo.rj.gov.br
47	Escola Municipal Santa Paula Frassinetti Rua Luiza Carpenter, 17 - Centro - Cep 28625-170 Tel: 2522-6936 santapaula@sme.novafriburgo.rj.gov.br
48	Escola Municipal São José Praça 1º de Maio – Olaria (Centro Educacional Nossa Senhora das Graças) - Cep: 28.620-050 Tel: 2521-5129 saojose@sme.novafriburgo.rj.gov.br
49	Escola Municipal São Judas Tadeu (Funcionando na Estrada Eugênio Gripp, S/Nº, lote 15 – Nova Suíça) Rua Romana Villas Boas Schuenck, s/nº - Nova Suíça - Cep: 28.605-706 Tel: 2522-1458 saojudas@sme.novafriburgo.rj.gov.br
50	Escola Municipal São Pedro da Serra Rua Rodrigues Alves, 74 - São Pedro da Serra - Cep: 28.616-155 Tel: 2542-6061 saopedro@sme.novafriburgo.rj.gov.br
51	Escola Municipal Tiradentes Rua João Lamblet, s/nº - Lot. Tiradentes - Amparo - Cep: 28.605-590 Tel: 2541-2055

	tiradentes@sme.novafriburgo.rj.gov.br
52	Escola Municipal Umbelina Breder de Queiroz
	Rua Atalício Schaustz, s/nº - Jardim Califórnia - Cep: 28.630-740
	Tel: 2520-5197
	umbelina@sme.novafriburgo.rj.gov.br
53	Escola Municipal Vale de Luz
	Rua Sebastião Pereira da Silva, 197 - Cons. Paulino - Cep: 28.633-540
	Tel: 2520-5602
	valedeluz@sme.novafriburgo.rj.gov.br
54	Escola Municipal Vargem Alta
	Estrada João Heringer, s/nº - Vargem Alta - Cep: 28.611-990
	Tel: 2519-1015 (orelhão)
	vargemalta@sme.novafriburgo.rj.gov.br
55	Escola Municipal Vevey la Jolie
	Avenida Antônio Mário de Azevedo, 18.800 - Conquista - Cep: 28.630-590
	Tel: 2529-4168 / 2529-4274
	vevey@sme.novafriburgo.rj.gov.br
56	Escola Municipal Victorino Bento de Toledo
	Estrada FRI - 002 - KM 19 - São Lourenço - Cep: 28.620-991
	Tel: 2543-3120
	victorino@sme.novafriburgo.rj.gov.br
57	Escola Municipal Waldir Lopes de Carvalho
	Av: Antonio de Sá Martins, s/nº - Santa Cruz - Cep: 28.630-993
	Tel: 2543-6897
	waldirlopes@sme.novafriburgo.rj.gov.br
58	Escola de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem Nossa Senhora de Fátima
	Rua General Osorio, 324 - Centro - Cep: 28.625-630
	Tel: 2533-1178
	eenfermagemnsf@sme.novafriburgo.rj.gov.br
59	Escola Municipal Américo Ventura Filho
	Rua Cândido Pardal, 55 - Alto de Olaria - Cep: 28.620-200
	Tel: 2533-2013
	americoventura@sme.novafriburgo.rj.gov.br
CRECHES (Endereço / Telefone / E-mail)	
60	CMEI Adahil da Cruz
	Rua Eugênio Gripp, s/nº - Braunes - Cep: 28.611-300
	Tel: 2521-7896
	adahildacruz@sme.novafriburgo.rj.gov.br
61	CMEI Adriano Affonso Freitas
	Rua Antônio Saraiva de Lira, 35 - São Jorge - Cep: 28.600-990
	Tel: 2527-0611
	adrianoaffonso@sme.novafriburgo.rj.gov.br

62	CMEI Alaene Pacheco Breder
	Av. Nossa Senhora do Amparo, 3525 - Prado - Cep: 28.634-230
	Tel: 2533-2459
	alaenebreder@sme.novafriburgo.rj.gov.br
63	CMEI Augusta Horn
	Praça de Sant'Ana, 85 - Cônego - Cep: 28621-680
	Tel: 2522-3892
	augustahorn@sme.novafriburgo.rj.gov.br
64	Jardim de Infância Bela Vista
	Rua São Paulo, 27 - Bela Vista - Olaria - Cep: 28.623-200
	Tel: 2533-3916
	belavista@sme.novafriburgo.rj.gov.br
65	CMEI Brasilina da Rosa Teixeira
	Rua Clarindo da Rosa Teixeira, s/nº - Cons. Paulino - Cep: 28.633-370
	Tel: 2527-2085
	brasilina@sme.novafriburgo.rj.gov.br
66	CMEI Cantinho Feliz
	RJ 116 - km 72 - Mury - Cep: 28.615-230
	Tel: 2542-1945/ 2542-2442
	cantinhofeliz@sme.novafriburgo.rj.gov.br
67	CMEI Carmem Rodrigues de Souza
	Rua Paraiba, 14 - Bela Vista - Olaria - Cep: 28.623-160
	Tel: 2519-2396
	carmemrodrigues@sme.novafriburgo.rj.gov.br
68	CMEI Clementina Alves Martins
	Rua Geraldo Flauzinio de Oliveira, s/nº - Lot. Nilo Martins/São Geraldo - Cep: 28630-430
	Tel: 2521-6703/ 2519-6155
	clementina@sme.novafriburgo.rj.gov.br
69	CMEI Conceição Cortes Teixeira
	Rua Tiradentes nº 250 - área B - Centro - Cep: 28623-020
	Tel: 2522-4349
	conceicaocortes@sme.novafriburgo.rj.gov.br
70	CMEI Dolores de Sá Schuenck
	Rua Rosa Schuenck Toledo, s/nº - Centenário - Cep: 28.630-500
	Tel: 2543-3610/ 2519-6410
	doloresdesa@sme.novafriburgo.rj.gov.br
71	CMEI Edith Silva Santos
	Rua Virgilio Laginestra nº 486 - Parque Maria Teresa - Cep: 28634-200
	Tel: 2527-8083/ 2580-6017
	edithsilva@sme.novafriburgo.rj.gov.br
72	Jardim de Infância Municipalizado Elisa Teixeira de Uzeda
	Rua Prefeito José Eugênio Muller, s/nº - Centro - Cep: 28.610-010

	Tel: 2523-0813 elisauzeda@sme.novafriburgo.rj.gov.br
73	CMEI Elvira Almeida da Silveira Av. Antonio Mário de Azevedo, 12.367 - Campo do Coelho - Cep: 28.630-510 Tel: 2543-1405 elviraalmeida@sme.novafriburgo.rj.gov.br
74	CMEI Elza Barbosa Melhorança Rua José Martins dos Santos, 54 - Olaria - Cep: 28.610-000 Tel: 2528-0496 / 2533-2720 elzabarbosa@sme.novafriburgo.rj.gov.br
75	CMEI Emilia Adelaide Ferreira Rua Leonino Dutra, 830 - Varginha - Cep: 28.616-260 Tel: 2521-8440 emiliadelaide@sme.novafriburgo.rj.gov.br
76	CMEI Emílio Melhorance Rua Espírito Santo, s/nº - Olaria - Cep: 28.623-360 Tel: 2521-5382 emiliomelhorance@sme.novafriburgo.rj.gov.br
77	CMEI Franz Haug - Aldeia da Criança Alegre Travessa José Ernesto Knust, s/nº - Conselheiro Paulino - Cep: 28.635-495 Tel: 2527-2143 / 2580-6025 franzhaug@sme.novafriburgo.rj.gov.br
78	CMEI Gilcely Barradas Canto Rua Padre Hermann Josef Wriste, s/nº - Barroso/ Amparo - Cep: 28.600-000 Tel: 2541-2405 gilcelybarradas@sme.novafriburgo.rj.gov.br
79	CMEI Iolanda da Silva Rua Maria da Conceição Ribeiro, 228 - Sta. Bernadete - Cep: 28.623-440 Tel: 2521-8715 iolanda@sme.novafriburgo.rj.gov.br
80	CMEI Irineu Mineiro Rua Sebastião Thomé, 89 - Catarcione - Cep: 28.614-280 Tel: 2533-4057 irineumineiro@sme.novafriburgo.rj.gov.br
81	CMEI Izabel Jovelina Monteiro Rua Isaías Medeiros Lopes s/nº - Rui Sanglard - Cep: 28.635-567 Tel: 2527-3985 / 9.9805-7731 izabeljovelina@sme.novafriburgo.rj.gov.br
82	CMEI Jamille Constantino Klein Rua Marechal Floreano Peixoto, 37 - Perissê - Cep: 28.613-210 Tel: 2533-2295 jamille@sme.novafriburgo.rj.gov.br

83	CMEI Jardimlândia
	Rua Benjamim Constant, 850 - Ouro Preto/Jardimlândia - Cep: 28.605-000
	Tel.: 2529-0252
	jardinlandia@sme.novafriburgo.rj.gov.br
84	CMEI João Batista Faria
	Praça 1º de março, 06 - Vilage - Cep: 28.605-170
	Tel: 2523-0429
	joaoabatista@sme.novafriburgo.rj.gov.br
85	CMEI João Fernandes Moreira
	Rua Rufino Siqueira - Lot. Parque das Flores - Cons. Paulino - Cep: 28.635-500
	Tel:
	@sme.novafriburgo.rj.gov.br
86	CMEI Júlia Irene Gomes Andrade (Vovó Júlia)
	Rua Presidente Raul Veiga, 210 - Olaria - Cep: 28.623-470
	Tel: 2519-2152
	juliairene@sme.novafriburgo.rj.gov.br
87	CMEI Professora Leda Tavares Moreira
	Rua Prudente de Moraes, 76 – Vila Nova - Cep: 28630-010
	Tel: 2522-9966
	ledatavares@sme.novafriburgo.rj.gov.br
88	Jardim de Infância Letícia Coutinho Soares
	Rua Ventura Spargoli, s/nº - Prado - Cep: 28.635-080
	Tel: 2527-5140
	leticiaacoutinho@sme.novafriburgo.rj.gov.br
89	CMEI Luz da Serra
	Rua Valença, 185 - Debossan - Cep: 28.615-630
	Tel: 2519-4599
	luzdaserra@sme.novafriburgo.rj.gov.br
90	Escola Estadual Municipalizada Manoel José Nogueira Peixoto
	Estrada João Heringer , s/nº - Vargem Alta - Cep: 28.616-055
	Tel: 2519-1147
	manoelnogueira@sme.novafriburgo.rj.gov.br
91	CMEI Maria Altina Niederauer de Oliveira Jorge
	Rua Servidão Asa Branca, s/nº - Maringá/ Riograndina - Cep: 28634-476
	Tel: 2533-2412
	mariaaltina@sme.novafriburgo.rj.gov.br
92	CMEI Maria Conceição Abicalil
	Rua Darcília dos Santos, s/nº - Cordoeira - Cep: 28.613-750
	Tel: 2522-7789
	conceicaoabicalil@sme.novafriburgo.rj.gov.br
93	CMEI Maria Damasco Mouta
	Rua Guilherme Henrique Spitz, 273 - Lumiar - Cep: 28616-045

	Tel: 9.9221-7300 (Unidade)
	mariamouta@sme.novafriburgo.rj.gov.br
94	CMEI Maria da Penha Monteiro Silva
	Rua Antônio Lugon, 28 - Amparo - Cep: 28.605-540
	Tel: 2541-2170
	mariadapenha@sme.novafriburgo.rj.gov.br
95	Jardim de Infância Maria Duque Estrada Laginestra (JIMDEL) (Funcionando à Rua Clarindo da Rosa Teixeira, 40 - Conselheiro Paulino) CEP: 28.633-370
	Rua da Concórdia, 96 - Prado - Cep: 28.635-210
	Tel: 2520-5677/ 9.9215-7008
	jimdel@sme.novafriburgo.rj.gov.br
96	CMEI Maria Inês Andrade Bachini
	Avenida Antônio Mário de Azevedo, 1662 - Córrego D'Antas - Cep: 28630-310
	Tel: 2529-3118
	mariabachini@sme.novafriburgo.rj.gov.br
97	CMEI Maria José Mafort
	Praça 1º de Maio – Olaria (Centro Educacional Nossa Senhora das Graças) - Cep: 28.620-050
	Tel: 2521-5449
	mariamafort@sme.novafriburgo.rj.gov.br
98	CMEI Menino Jesus
	Rua Antonio Suaid, 149 - Jardim Califórnia - Cep: 28.633-750
	Tel: 2527-2972
	meninojesus@sme.novafriburgo.rj.gov.br
99	CMEI Nadir Cardoso
	Rua Lair Rocha Turque, s/nº - Lot. Jacina - Chácara do Paraíso - CEP: 28.605-350
	Tel: 2523-0909
	nadircardoso@sme.novafriburgo.rj.gov.br
100	CMEI Othelina de Sá Martins Almeida Condack (Funcionando atrás da E. M. Vevey La Jolie)
	Av. Antônio Mário de Azevedo, 18.800 - Conquista - Cep: 28.630-590
	Tel.: 2543-4054
	otelina@sme.novafriburgo.rj.gov.br
101	CMEI Padre Luiz Yabar
	Av. Rui Barbosa, 223 - Centro - CEP: 28.610-190
	Tel: 2543-6297
	padreyabar@sme.novafriburgo.rj.gov.br
102	CMEI Padre Luiz Pecci
	Rua José Ernesto Knust, 53 - Cons. Paulino - CEP: 28633-515
	Tel: 2543-6210
	padrepecci@sme.novafriburgo.rj.gov.br
103	CMEI Princesa Izabel
	Rua Pasteur, 20 - Vale dos Pinheiros - Cep: 28.625-335
	Tel: 2528-4575



	princesaizabel@sme.novafriburgo.rj.gov.br
104	CMEI São Pedro da Serra
	Rua Rodrigues Alves, nº 36 e nº 50, São Pedro da Serra - Cep:
	Tel: @sme.novafriburgo.rj.gov.br
105	CMEI Santa Terezinha
	Rua Cordajás, s/nº - São Jorge - Cep: 28.633-610
	Tel: 2527-8648 / 9-9965-3669 santaterezinha@sme.novafriburgo.rj.gov.br
106	CMEI Sebastiana Rosa Carneiro Mello (Av. dos Ferroviários nº 36 - Duas Pedras) CEP 28.633-010
	Av. dos Ferroviários s/nº - Lazaretto (Duas Pedras) - CEP: 28.633-070
	Tel: 2522-6882 sebastiana@sme.novafriburgo.rj.gov.br
107	CMEI Solares
	Rua Lobianco Pasquale, s/nº - Solares II - São Geraldo - Cep: 28.600-000
	Tel: 2529-2151 solares@sme.novafriburgo.rj.gov.br
CONJUNTOS (Endereço/ Telefone / E-mail)	
Conjunto 1	
108	Escola Municipal Odette Rangel Wenderosck (Alair Campos Ouverney)
	Estrada Galdinópolis/Mirandela Rio Bonito de Lumiar s/nº Fri100 - Cep: 28.616-970
	Não possui telefone
109	Escola Municipal Francisco Ouverney
	Córrego do Macuco - Macaé de Cima - Lumiar - Cep: 28.615-800
	Tel: 2542-9804 (orelhão próximo à escola) conjunto01@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Conjunto 2	
110	Escola Municipal Galdinópolis
	Estrada Marcos Heringer, s/n - Galdinópolis - Lumiar - Cep: 28.600-992
	Tel: 2542-9919
111	Escola Municipal Laper Lyra Fagundes
	RJ 142, Km 16 - Santiago - Cep: 28616-970
	Tel: 2542-4005 / 2519-9617 conjunto02@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Conjunto 3	
112	Escola Estadual Municipalizada Boa Esperança
	Estrada Boa Esperança - Lumiar, KM 3 - Cep: 28.616-970
	Tel: 2542-4668
113	Escola Municipal Boa Esperança
	Estrada Boa Esperança - Lumiar - (Boa Esperança de Cima) - Cep: 28.616-970
	Tel: 2542-4046

	conjunto03@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Conjunto 4	
114	Escola Estadual Municipalizada Alípio da Silva Branco
	Rua Alcimidiro Bussinger, s/n - Stucky - Cep: 28.605-000
	Tel: 2519-4187
115	Escola Estadual Municipalizada José Eugênio Muller
	Fazenda Bela Vista s/nº - Alto das Braunes - Cep: 28.600-000
	Tel: 2526-3296
	conjunto04@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Conjunto 5	
116	Escola Municipal Celcyo Folly
	Estrada Frib-Amparo, km 9, Parada Folly - Amparo - Cep: 28.605-606
	Tel: 2541-2100
117	Escola Estadual Municipalizada Henrique Carlos Heckert
	Estrada Nathanael Schuenck, s/n - Alto Schuenck - Cep: 28605-000
	Tel: 2541-1429
	conjunto05@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Conjunto 6	
118	Escola Estadual Municipalizada Ernesto de Souza Cardinot
	Estrada Cardinot, s/n - Campo do Coelho - Cep: 28630-590
	Tel: 2521-6940
119	Escola Municipal Herondino José da Rosa
	Av. Antônio Mário de Azevedo, Km 19 - Conquista - Cep: 28630-590
	Tel: 2529-4001
120	Escola Estadual Municipalizada Flor do Ipê
	Estrada de Campinas, s/nº - Conquista - Cep: 28630-590
	Não possui telefone
	conjunto06@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Conjunto 7	
121	Escola Municipal Luiz Fonseca
	Estrada Janela das Andorinhas, s/n - Riograndina - Cep: 28600-000
	Não possui telefone
122	Escola Municipal Sítio dos Affonsos
	Estrada Fazenda da Laje, s/n - Conselheiro Paulino - Cep: 28633-000
	Não possui telefone
	conjunto07@sme.novafriburgo.rj.gov.br
123	Centro Educacional Nossa Senhora das Graças
	Praça 1º de Maio – Olaria, CEP: 28.620-050